



# “Jornalecos que surgem hoje e desaparecem amanhã”: uma análise do acervo digital sobre a Ditadura Militar-Civil em Belém do Pará (1978-1985) a partir do Sistema de Informações do Arquivo Nacional

Autora: Giovana Araújo Miranda Freire – [giovanamfreire@gmail.com](mailto:giovanamfreire@gmail.com) (UFPA)  
Orientador: Prof. Dr. Pere Petit Peñarrocha (UFPA)

## INTRODUÇÃO

“A legislação atual não delimita condições mínimas tais que impeçam a multiplicação de jornalecos e editoras que surgem hoje e desaparecem amanhã”. Essa foi uma frase escrita em um documento da Divisão de Segurança e Informações vinculada ao Ministério da Justiça em 09 de março de 1978, sob o contexto ditatorial, ao realizarem um extenso dossiê, de aproximadamente 340 páginas, sobre jornais da “imprensa nanica” - como pejorativamente intitularam - de várias regiões do Brasil. Durante o governo Dilma Rousseff (2011-2016), uma série de políticas públicas pensando a reconstrução de narrativas, em que a violação dos direitos humanos foi um cerne, culminaram na Comissão Nacional da Verdade (CNV). A CNV, instituída pela Lei nº 12.528/2011, foi responsável por apontar os crimes que foram cometidos, as circunstâncias dessas violências e as pessoas envolvidas, e por conta dessa conjuntura houve a abertura e a publicização da documentação encontrada sobre o período ditatorial. Após o seu fim, houve a divulgação de relatórios tanto no âmbito nacional quanto no estadual, além de ser disponibilizado parte desse acervo por intermédio do Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN).

## METODOLOGIA

A metodologia utilizada consiste em uma análise qualitativa que buscou realizar o cruzamento dos documentos do Serviço Nacional de Informações e do Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica, dois dos fundos disponíveis *on-line* no *site* do SIAN. Para fundamentação teórica, utilizamos as contribuições de Macias (2019) ao pensar sobre as novas formas de representar e recuperar a memória histórica e de Prado (2021), o qual discute os impactos da era digital no ofício do historiador, designando a importância da história digital para a compreensão das experiências humanas na contemporaneidade.

## DESENVOLVIMENTO

É possível, assim, ter acesso hoje à uma gama de informações sobre como os ditadores atuaram no estado do Pará a partir dessa plataforma virtual, destinando foco à cidade de Belém em nossa análise. Desse modo, o presente trabalho possui por objetivo entender qual a política que está pensando, atualmente, a disponibilização (aqui, não falamos apenas no sentido de digitalizar e publicar em *sites*, mas sim de destinar um espaço de memória virtual para que haja o acesso àquelas fontes) dessa documentação, isto é, quais são os interesses que estão em jogo? Quem elabora a política dita o que vai ser possível de ser acessado e consultado de maneira *on-line*? Como podemos entender as nuances da ditadura em Belém do Pará por meio desse acervo?

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acreditamos que, ao refletirmos sobre o papel das fontes históricas no século XXI, criamos “lugares de memória” virtuais, hoje mais alinhados com a tecnologia da rede mundial de computadores, o que proporcionou uma nova necessidade de adequação do ofício do/a historiador/a, bem como novas possibilidades de pesquisa e de preservação de memória, entendendo que as políticas que gerem um acervo possuem interesses próprios sobre o que será ou não publicizado acerca do regime. Há ou um esvaziamento ou um enriquecimento dos processos de memória dependendo das políticas públicas que são adotadas pelo Executivo, seja no meio federal seja no estadual. É possível observarmos que o que foi pensado pelo governo Dilma Rousseff (2011-2016) quanto à exposição dos algarzes da ditadura não permaneceu sendo executado pelos governos posteriores, Temer (2016-2018) e Bolsonaro (2019-2022). O processo de apagamento da memória nacional nunca é por acaso, sempre intencional, carrega consigo práticas responsáveis pelo desmonte da memória, uma “censura velada”, assim como o esvaziamento de recursos para esse âmbito também não o é. Nos últimos anos, algumas notícias vieram à público para desmerecer os trabalhos realizados pela CNV, ordens para que o Arquivo Nacional não divulgasse informações e suspensão de pedido de desculpas às vítimas. É imprescindível que o Brasil repense a legislação desse tipo de documentação, para que se questione o que pode ou não ser política pública de Estado e de Governo, com o objetivo de não perdermos de forma definitiva as informações que estão presentes nesses locais que realizam a salvaguarda documental para atitudes fundamentadas em negacionismos.

## REFERÊNCIAS

- DE ALMEIDA, Fábio Chang. O Historiador e as Fontes Digitais: uma visão acerca da Internet como fonte primária para Pesquisas Históricas. *Revista Aedos*, [S. l.], v. 3, n. 8, p. 9-30, 2011. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/aedos/article/view/16776>. Acesso em: 27 fev. 2024.
- LOPES, Bianca da Costa Maia. *Popularizar ou perecer: a potencialidade informacional dos arquivos na internet*. 2018. 147 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.
- NORA, Pierre.; AUN JHOURY, Yara. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*, [S. l.], v10: 7-28. <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101>.
- PETIT, Pere. O golpe Militar-civil e o partido dos militares (ARENA) no Estado do Pará. *Historiae*, Rio Grande, vol. 5, n. 2, p. 17-22. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/hist/article/view/4870>. Acesso em: 27 fev. 2024.
- PRADO, Giliard da Silva. Por uma história digital: o ofício de historiador na era da internet. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 13, n. 34, e0201, set./dez. 2021. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180313342021e0201>. Acesso em: 27 fev. 2024.